

Exmo. Sr.
Fernando Coelho Filho
Ministro de Estado
Ministério de Minas e Energia – MME

Rio de Janeiro, 07 de novembro de 2016

Assunto: Gás para Crescer – Consulta Pública

Exmo. Senhor Ministro,

A Statoil Brasil agradece a oportunidade de apresentar seus comentários à iniciativa “Gás para Crescer” lançada pelo Ministério de Minas e Energia. Consideramos este processo importante para o mercado de gás natural brasileiro, e valorizamos a abertura para comentários dos participantes deste mercado.

Em um panorama geral, concordamos com os objetivos identificados pelo Ministério, e acreditamos que a direção estratégica identificada nos documentos do “Gás para Crescer” é um bom ponto de partida para discutir e explorar as opções para aumentar a competição no mercado de gás natural brasileiro.

Através desta carta, gostaríamos de apresentar nossas reflexões sobre os tópicos indicados no “Gás para Crescer”, e disponibilizar nossos comentários sobre os documentos sob consulta.

Inicialmente, acreditamos que, para atrair investimentos ao mercado e aumentar a competição, deve haver uma sinalização de longo prazo sobre o papel que o gás natural terá na matriz energética. Neste contexto, apreciamos as mensagens incluídas nos documentos do “Gás para Crescer”, especialmente aquelas referentes ao uso de gás natural na geração de base de energia elétrica. De fato, o gás natural é um combustível importante para atingir os objetivos de descarbonização a longo prazo previstos no Acordo de Paris, recentemente ratificado pelo Brasil. O gás natural é, ao mesmo tempo: (i) mais limpo do que diversos outros combustíveis (emite 50% a menos de CO₂ do que o carvão em geração de eletricidade); (ii) eficiente em termos de custos e consumo de energia; (iii) complementar às intermitentes fontes renováveis de energia; e (iv) amplamente disponível.

Além disto, um marco regulatório que permita um acesso mais fácil para novos fornecedores aos mercados de *midstream* e *downstream* é de suma importância para atrair e desbloquear investimentos em *upstream* no Brasil. Assim, os objetivos apresentados pelo MME no “Gás para Crescer” apontam para uma direção correta. Ao mesmo tempo, acreditamos que o desenvolvimento de um mercado aperfeiçoado de *downstream* levará tempo, e que a definição das regras detalhadas será tão importante quanto estabelecer os objetivos gerais. Apenas a implementação, devidamente e cuidadosamente analisada, das regras detalhadas permitirá que o Brasil atinja os objetivos definidos pelo Ministério.

Apreciamos a avaliação abrangente feita pelo MME e acreditamos que, para esta iniciativa ser bem-sucedida, ela deverá ter um objetivo abrangente, claro e de longo prazo definido pelo Ministério. Ao

mesmo tempo, porém, são diversos os tópicos identificados no documento (e que devem ser endereçados), e é fundamental que haja uma priorização dentre eles. Neste ponto, acreditamos ser importante que o MME indique as questões que serão abordadas imediatamente, no curto prazo e no médio prazo.

Em nossa opinião, a área prioritária para intervenção deve ser o desenvolvimento de regras com o intuito de permitir um melhor acesso aos gasodutos de transporte em terra. A direção estratégica definida pelo MME para este segmento específico está de acordo com o propósito estabelecido, e, como mencionado acima, será importante garantir a efetividade das regras detalhadas para implementar estes objetivos. Em particular:

- A Statoil apoia o objetivo de criar um Operador Independente do Sistema para os gasodutos de transporte. Esta nova entidade deverá ser responsável por garantir que o acesso à capacidade de transporte (ou seja, acesso de terceiros) seja oferecido e alocado de uma forma não-discriminatória e eficiente. Os usuários da rede devem se sentir confortáveis de que conseguirão reservar capacidade de transporte (se disponível) para cumprir suas obrigações comerciais. Para atingir este objetivo existem muitas opções disponíveis, mas apenas poucas realmente dariam esta confiança para os usuários da rede. Por exemplo, a alocação de capacidade de transporte via leilões, como ocorre atualmente na União Europeia, permitiria ao usuário de rede com maior disponibilidade para pagar a garantia conseguir reservar a capacidade de transporte necessária.
- Quando do estabelecimento deste Operador Independente do Sistema, deve ficar claro que esta nova entidade é também responsável pelo desenvolvimento de nova capacidade de transporte, em todas os casos em que a demanda do mercado por capacidade de transporte seja superior do que a capacidade tecnicamente e comercialmente disponível. Isto seria importante para evitar que a congestão contratual ou física torne-se uma barreira para entrada no mercado.
- O desenvolvimento de um sistema de entrada-e-saída é uma melhoria importante que permitiria aos fornecedores terem melhor e mais fácil acesso ao mercado *downstream* brasileiro, aumentando a competição no *midstream* e no *downstream*. A rede existente de gasodutos brasileiros parece ser adequada para o desenvolvimento de um conceito de entrada-e-saída. No entanto, uma avaliação mais profunda das capacidades técnicas de transporte será necessária para avaliar se deve haver um ou mais sistemas de entrada-e-saída no Brasil. Esta decisão apenas deveria ser tomada após a avaliação da existência de gargalos na infraestrutura do sistema de transporte. Caso existam gargalos no sistema interno de transporte, a implementação de apenas um sistema de entrada-e-saída, sem nenhum investimento adicional para superar estes gargalos, pode levar à consequências inesperadas na forma em que a capacidade de transporte é gerenciada e à limitações na quantidade total de capacidade disponível no sistema.
- Como corretamente afirmado pelo MME, a introdução de um ou mais sistemas de entrada-e-saída deve ser acompanhada pela criação de *hub(s)* de gás natural. Por um lado, permitiria aos fornecedores de gás natural terem mais opções e flexibilidade nos seus canais de venda. Por

outro lado, também representaria um incentivo para os compradores de gás a adquirirem o gás diretamente no *hub*, onde a competição é maior. Similarmente ao nosso comentário acima, a decisão em criar um ou mais *hubs* no Brasil depende bastante da capacidade técnica da infraestrutura e da potencial presença de gargalos internos. Portanto, esta decisão deve apenas ser tomada após uma cuidadosa avaliação da rede de gasodutos existentes.

- Para ser bem-sucedido com as medidas discutidas acima, será de suma importância fornecer aos mercados a completa transparência na capacidade de transporte do sistema. É relevante também mencionar o que ocorrerá com a capacidade reservada atualmente quando ocorrerem as mudanças na regulação. Informações sobre a capacidade de transporte, sejam técnicas ou de quantias reservadas, usadas ou disponíveis, devem sempre estar disponíveis para os usuários da rede e devem ser atualizadas frequentemente. De acordo com nossa experiência em mercados de *midstream* e *downstream*, apenas tendo completo acesso a essas informações é que os fornecedores de gás natural estarão em uma posição para tomar decisões comerciais e mitigar riscos ligados ao acesso à capacidade de transporte. O Operador Independente do Sistema deverá ser responsável por fornecer a transparência descrita acima.
- De forma a otimizar a utilização da capacidade existente de transporte, deve ser promovido um mercado onde os usuários da rede possam negociar suas capacidades contratadas (mercado secundário). Neste sentido, fornecedores que não estejam utilizando completamente suas capacidades terão a chance de oferecê-las e transferi-las para usuários que precisem de capacidade de transporte. Otimizar o uso de infraestruturas existentes também é importante para evitar que infraestruturas desnecessárias sejam construídas. É até possível que novos gasodutos de transporte não sejam necessários no curto/médio prazo caso os existentes sejam completamente utilizados.
- As tarifas de transporte são uma importante peça deste quebra-cabeça, e o novo marco regulatório deve garantir que a forma de cálculo destas tarifas não seja discriminatória contra fornecedores específicos. Considerando que os custos de logística influenciam diretamente o preço final da *commodity*, os custos totais a serem recuperados do sistema através de tarifas de transporte devem ser avaliados e aprovados por uma instituição designada (por exemplo, a ANP). Isto dará certeza que a conta a ser paga pelos consumidores finais reflete devidamente os custos que o operador do sistema tem que incorrer para gerenciá-lo, incluindo a expansão da infraestrutura. Além disto, as tarifas devem ser transparentes e publicadas antes que os respectivos produtos de capacidade de transporte sejam oferecidos e alocados. Isso permite aos fornecedores visibilidade sobre os custos de *downstream* a serem suportados para vender gás natural no mercado.

Os pontos listados acima são aqueles que, na opinião da Statoil, devem ser prorizados e discutidos inicialmente. O desenvolvimento e implementação bem-sucedidos do conjunto de regras detalhadas nestas áreas seria um primeiro passo muito importante para aumentar a competição no mercado brasileiro de *midstream* e *downstream* de gás natural.

Além do descrito acima, entendemos que há um elemento importante a ser endereçado no desenvolvimento do futuro mercado de gás natural brasileiro que não foi amplamente considerado nos documentos do “Gás para Crescer”: a necessidade de fornecer ferramentas de flexibilidade para permitir o balanceamento do sistema. Em última instância, a responsabilidade pelo balanceamento do sistema deve ser do Operador Independente do Sistema. Porém, o marco regulatório deve, idealmente, promover um sistema em que os fornecedores possam tomar as medidas necessárias para balancear suas próprias posições. O atingimento de alguns dos objetivos listados pelo MME poderia fornecer algumas ferramentas de flexibilidade nesta direção (por exemplo, o estabelecimento de *hubs*), mas não será suficiente para suprir completamente as necessidades de mercado. Em particular, neste contexto será importante o desenvolvimento de instalações de estocagem e mercados de curto prazo. Enquanto o Gás para Crescer indica os mercados de curto prazo como um de seus objetivos, não há menção aos planos para inclusão de instalações de estocagem neste cenário. Portanto, sugerimos que isto seja levado em consideração nestas fases iniciais da iniciativa “Gás para Crescer”.

Por fim, gostaríamos de sugerir que o MME continue a comandar este processo como feito até agora, com amplo envolvimento dos interessados/*stakeholders*. Seria muito útil para os participantes do mercado terem acesso ao plano de trabalho que o MME pretende seguir, incluindo indicações sobre quando e como os *stakeholders* serão consultados através das várias fases desta iniciativa.

Esperamos que nossas contribuições possam ser úteis, e nos colocamos à disposição para sermos contatados diretamente para discutir quaisquer dos tópicos acima.

Atenciosamente,

Veronica Rezende Coelho
Vice-Presidente
Statoil Brasil